Demonstrações Contábeis

LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A.

31 de dezembro de 2018 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado 8	3
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração dos valores adicionados	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Edifício Guimarães Trade Av. Tancredo Neves, 1189 17º Andar - Pituba 41820-021 - Salvador, BA, Brasil Tel: (5571) 3501-9000 Fax: (5571) 3501-9019 www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da **LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A.** Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Revisão da vida útil e valor residual dos veículos

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia utiliza para definição da vida útil dos veículos, o valor residual esperado na data da venda prevista destes veículos. Essa estimativa considera o valor futuro de venda ao final da vida útil, deduzido dos descontos comerciais e das despesas com vendas estimados com base no histórico de transações similares e em projeções de mercado.

Devido ao fato da determinação da vida útil e valor residual dos veículos ser uma estimativa contábil subjetiva e que exige julgamento e avaliação por parte da Administração, consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do valor residual podem resultar em diferentes taxas de depreciação utilizadas em cada período, e consequentemente gerar ajustes para esses ativos, assim como para a depreciação registrada no exercício.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relevantes implementados pela Administração referentes à determinação das premissas que envolvem o cálculo da depreciação dos veículos, incluindo a definição do valor residual; (ii) entendimento junto a Administração das principais premissas utilizadas na determinação do valor residual do ativo imobilizado, tais como idade média das atividades de locação de cada classe de veículos, determinação do valor recuperável esperado na data de venda prevista, descontos, comissões e despesas com vendas; (iii) recálculo por veículo da depreciação reconhecida durante o exercício; (iv) seleção de amostra para comparação dos valores residuais líquidos esperados com os preços praticados no mercado para veículos similares; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição das taxas de depreciação dos veículos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação das vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela Administração, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos externos que patrocinam as causas.



Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade, o que aumenta o risco inerente de litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Uma vez que as provisões para contingências envolvem significativo julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos externos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração e seus assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) realização de reuniões periódicas com à Administração referentes às discussões decorrentes de processos judiciais de natureza tributária; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Empresa dos prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto por meio de envio de carta de confirmação e comparação dessas respostas com as estimativas da Administração.

Adicionalmente avaliamos da razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos, com o apoio de nossos especialistas na área tributária, para determinados processos de natureza tributária, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável; e avaliamos as divulgações efetuadas pela Empresa sobre os principais riscos tributários.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para passivos contingentes – tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Estimativas relacionadas a perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes

Conforme divulgado na nota explicativa n° 7, os critérios para determinação da estimativa para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em suas contas a receber de clientes foram calculados com base na experiência real de perda de crédito da Companhia no último ano, considerando atrasos nos pagamentos, garantias obtidas, bem como outros indicadores de deterioração do risco de crédito de seus clientes.



Devido ao fato desta estimativa contábil exigir julgamento por parte da administração sobre o valor provável de realização das contas a receber de clientes avaliado com base na experiência de perda real, na avaliação do risco de inadimplemento das contrapartes e no monitoramento das negociações vigentes para recuperação de créditos com determinados clientes, além da magnitude do eventual impacto no resultado do exercício resultante de alterações nessas premissas, consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria..

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção de entendimento com responsáveis da administração acerca dos principais critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito; (ii) realização de testes em bases amostrais com o intuito de observar a totalidade e exatidão da base de dados histórica utilizada no processo de cálculo das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iii) recálculo, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa e; (iv) inspeção das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes que justificassem a avaliação da administração..

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda estimada dos títulos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de março de 2019

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	201.500	142.660
Aplicações financeiras	5	28.664	-
Contas a receber de clientes	7	67.164	64.324
Instrumentos financeiros derivativos	6	3.354	150
Tributos a recuperar		1.820	2.678
Valores a receber de partes relacionadas	8	866	5.954
Carros em desativação para renovação da frota	9	14.960	3.471
Outros ativos circulantes		8.565	1.036
Total do ativo circulante		326.893	220.273
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	10.005	5.536
Depósitos judiciais		190	186
Valores a receber de partes relacionadas	8	-	1.870
Instrumentos financeiros derivativos	6	533	910
Outros ativos não circulantes		2.387	1.129
Imobilizado	10	678.509	512.512
Intangível		2.505	1.762
Total do ativo não circulante		694.129	523.905
Total do ativo		1.021.022	744.178
Passivo e patrimônio líquido			_
Circulante			
Fornecedores	12	52.080	63.934
Empréstimos e financiamentos	13	177.158	127.711
Debêntures	14	5.095	33.862
Obrigações sociais e trabalhistas		3.216	2.536
Obrigações tributárias	11	2.083	631
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	84
Valores a pagar a partes relacionadas	8	1.998	2.178
Outros passivos circulantes	15	24.357	2.854
Total do passivo circulante		265.987	233.790
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	379.124	259.347
Debêntures	14	188.991	96.674
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	26.030	24.394
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	36.091	30.692
Instrumentos financeiros derivativos	6	596	-
Outros passivos não circulantes	15	22.358	5.087
Total do passivo não circulante		653.190	416.194
Patrimônio líquido	17		
Capital social		95.496	95.496
Reservas de lucros		6.349	1.227
Lucros (prejuízos) acumulados			(2.529)
Total do patrimônio líquido		101.845	94.194
Total do passivo e patrimônio líquido		1.021.022	744.178

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro básico e diluído por ação apresentado em reais)

	Notas	2018	2017
Receita operacional líquida	19	238.677	205.705
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(137.001)	(116.133)
Lucro bruto		101.676	89.572
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(24.672)	(24.905)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	22	3.380	642
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.876	(6.705)
Lucro antes do resultado financeiro		82.260	58.604
Receitas financeiras	23	14.711	9.211
Despesas financeiras	23	(75.028)	(55.860)
Variações cambiais, líquidas	23	(4.544)	(1.052)
Lucro antes da tributação		17.399	10.903
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	-	(5.510)
Diferido	18	(5.399)	306
Lucro líquido do exercício		12.000	5.699
Quantidade de ações ao final do exercício		95.496	95.496
Lucro básico e diluído por ação – R\$		125,66	59,67

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	12.000	5.699
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	12.000	5.699

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Lucros		
_	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	95.496	942	2.747	-	99.185
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-	-	-	5.699	5.699
Constituição de reserva legal (Nota 17 (b))	-	285	-	(285)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.354)	(1.354)
Dividendos antecipados aos acionistas e JSCP (Nota 17 (b))	-	-	(2.747)	(6.589)	(9.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.496	1.227	-	(2.529)	94.194
Lucro líquido do exercício Destinação proposta:	-	-	-	12.000	12.000
Constituição de reserva legal (Nota 17 (b))	-	473		(473)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.249)	(2.249)
Juros sobre capital próprio (Nota 17 (b))	-	-	-	(2.100)	(2.100)
Constituição de reservas	-	-	4.649	(4.649)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	95.496	1.700	4.649	-	101.845

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Ducro antes da tributação 11.399 10.903 Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas attivídades operacionais 3.23 3.23 3.23 3.24 3.25 3.		2018	2017
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas atividades operacionais Juros e variação cambial sobre emprésitimos, financiamentos e debêntures G3.188 52.43 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, liquido 66.287 59.881 Valor residual do ativo imobilizado alienado 76.686 51.781 Valor residual do ativo imobilizado alienados 3.471 16.935 Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas 1.996 3.699 70.9180 para quiste ao valor realizavel fliquido dos carros em desativação 1.202 3.0951 Outros 0.203	Lucro antes da tributação	17.399	10.903
Juros e variação cambial sobre emprésitimos, financiamentos e debêntures 63.188 52.343 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, líquido 66.287 59.881 Valor residual do ativo imobilizado aleinado 76.686 51.775 Valor residual de carros em desativação alienados 3.471 18.935 Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas 1.996 3.699 Provisão para civeitos de liquidação duvidosa 1.202 (3.095) Outros 6.240 1.335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: (4.042) (3.156) Contas a receber de clientes (4.042) (3.153) Aplicações financeiras 858 (3.377) Aplicações financeiras (80 (1336) Obrigações sociais e trabalhistas 680 (1356) Obrigações sociais e trabalhistas 680 (1360) Obrigações tributárias (80 (30.30) Obrigações tributárias (80 (30.30) Orixas passivos (80 (13.60) Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas (80 (13.60) <td>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas</td> <td></td> <td></td>	Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas		
Ganbos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos, líquido (3.267) (5.981) Despeciação e amortização 66.287 59.881 Valor residual do ativo imobilizado alienados 76.686 51.775 Valor residual de carros em desativação alienados 3.471 18.935 Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas 1.996 3.699 Provisão para quiste ao valor realizável líquido dos carros em desativação 253 11.48 Provisão para quiste ao valor realizável líquido dos carros em desativação 1.202 (3.095) Outros 6.240 1.335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: 40 (2.357) Contas a receber de clientes 858 (2.357) Aplicações financeiras 33.133 (487) (536) Depósitos judiciais 4(4) (9) Outros ativos (11.854) 59.01 Aumento (redução) nos passivos operacionais: (11.854) 59.01 59.01 Fornecedores (11.854) 59.01 10.02 Obrigações sociais e trabalhistas 6.80 (136) Obrigações tribudarias		62.400	E2 242
Depreciação e amontização 66.287 59.686 Valor residual de atrio imbobilizado alienados 3.471 18.35 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas 1.996 3.699 Provisão para ajuste ao valor realizavel líquido dos carros em desativação 253 1.14 Provisão para crécíticos de liquidação duvidosa 1.202 3.095 Outros 6.240 1.335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: (4.042) (3.156) Contas a receber de clientes (4.042) (3.156) Tributos a recuperar 858 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (4.042) (3.56) Aumento (redução) nos passivos operacionais: (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações stributárias (6.851) (1.042) Otros passivos (5.391) (5.204) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (30.5) <			
Valor residual do ativo imobilizado alienados 3.471 18.936 Valor residual de carros em desativação alienados 3.471 18.936 Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas 1.996 3.699 Provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos carros em desativação 253 1.14 Provisão para créditos de líquidação duvidosa 6.240 1.335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: (4.042) (3.156) Contas a receber de clientes (4.042) (3.156) Tributos a recuperar 858 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (3.16) (99) Outros ativos (11.854) 59.011 Aumento (redução) nos passivos operacionais: 660 (13.60) Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (13.00) Obrigações tributárias 6.851 (1.042) Outros passivos 38.774 3.871 Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas (3.09) (5.201) Imp			
Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas 1,996 3,699 Provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos carros em desativação 253 114 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 1,202 (3,095) Outros 6,240 1,335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: (4,042) (3,156) Contas a receber de clientes (40,022) (3,156) Tributos a recuperar 858 (2,357) Aplicações financeiras (33,133) (44) (9) Depósitos judiciais (40,02) (5,366) Aumento (redução) nos passivos operacionais:		76.686	
Provisão para ajuste ao valor realizável líquido dos carros em desativação 253 114 Provisão para créditos de líquidação duvidosa 1.202 (3.095) Outros 6.240 1.335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: (4.042) (3.156) Cortas a receber de clientes 858 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (8.77) (536) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: *** *** Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações tributárias 685 (1.042) Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.40 (5.204) Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (323.536) (236.141) Cajuação de imbolitzad		-	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			
Outros 6.240 1.335 (Aumento) redução nos ativos operacionais: (4.042) (3.156) Cortas a receber de clientes (4.042) (3.57) Tributos a recuperar 858 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (4) (9) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações stributárias 6.851 (1.042) Outros passivos 8.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (323.536) (236.141) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4) (4)			
Contas a receber de clientes (4.042) (3.156) Tributos a recuperar 85 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (4) (9) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) (1042) Outros passivos 38.774 (3.881) (1.042) Outros passivos para riscos fiscais, civeis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (4.349) (1.050) Partes relacionadas – credor (6.958 8.403 Partes		-	, ,
Contas a receber de clientes (4.042) (3.156) Tributos a recuperar 85 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (4) (9) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) (1042) Outros passivos 38.774 (3.881) (1.042) Outros passivos para riscos fiscais, civeis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (4.349) (1.050) Partes relacionadas – credor (6.958 8.403 Partes			
Tributos a recuperar 858 (2.357) Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (4) (9) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações stributárias 680 (136) Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, civeis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: Aquisições de imbilizado (323.536) (236.141) Aquisições de imbilizado (323.536) (236.141) Aquisições de intangivel (1.390) (1.301) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (4.34) (10.690) (7.500) Partes r		(4.042)	(2.156)
Aplicações financeiras (33.133) (487) Depósitos judiciais (4) (9) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) (1042) Obrigações stributárias 6.851 (1.042) (1042) Outros passivos 38.774 (3.881) (360) (49) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) (40) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (324.926) (237.442) Partes relacionadas – credo			, ,
Depósitos judiciais (4) (9) Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) (1.042) Obrigações tributárias 38.774 (3.881) (300) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Imposto de renda e contribuição social pagos (5.300) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (8.958) 8.403 Partes relacionadas – credor (1.80) (7.500) Patres relacionadas – devedor (180) (7.500) Captação de empréstimos e financiamentos (291.815)			
Outros ativos (8.787) (536) Aumento (redução) nos passivos operacionais: (11.854) 59.011 Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações tributárias 6.851 (1.042) Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Eluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Aquisições de imobilizado (323.536) (236.142) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (8.958) 8.403 Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Pates relacionadas – devedor (180) <			
Fornecedores (11.854) 59.011 Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações tributárias 6.851 (1.042) Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Aquisições de imobilizado (323.536) (236.141) Aquisições de initangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 8.403 8.403 Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.95			
Obrigações sociais e trabalhistas 880 (136) Obrigações tributárias 6.851 (1.042) Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Imposto de renda e contribuição social pagos (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Aquisições de imobilizado (323.536) (236.141) Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (324.926) (237.442) Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000	Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações sociais e trabalhistas 680 (136) Obrigações tributárias 6.851 (1.042) Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos (323.536) (236.141) Aquisições de imobilizado (324.926) (237.442) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos (4.349) (10.690) Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures	Fornecedores	(11.854)	59.011
Outros passivos 38.774 (3.881) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (323.536) (236.141) Aquisições de imobilizado (323.536) (236.141) Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 8.403 (237.442) Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líqu	Obrigações sociais e trabalhistas		(136)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (360) (49) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Aquisições de imobilizado (323.536) (236.141) Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 8.403 8.403 Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de operação de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos edebêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (8.225) (6.728)	Obrigações tributárias		(1.042)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 222.440 242.506 Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205) Aquisições de imobilizado (323.536) (236.141) Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 8.403 8.403 Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos (8.225) (6.728) Cai	· ·		, ,
Imposto de renda e contribuição social pagos (5.399) (5.204) (5.400) (5.205) Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos: (5.400) (5.205)	Caixa ilquido gerado pelas atividades operacionais	222.440	242.506
Fluxo de caixa das atividades de investimentos: Aquisições de imobilizado (323.536) (236.141) Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 8.403 Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 142.660 91.188 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 </td <td>Imposto de renda e contribuição social pagos</td> <td></td> <td></td>	Imposto de renda e contribuição social pagos		
Aquisições de intangível (1.390) (1.301) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Liquidação de operação de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 142.660 91.188 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 51.472	Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	(5.400)	(5.205)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (324.926) (237.442) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos 8.403 Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de custos de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 142.660 91.188 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472	Aquisições de imobilizado	(323.536)	(236.141)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Partes relacionadas – credor Partes relacionadas – devedor Pistribuição de lucros Captação de empréstimos e financiamentos Pagamento de empréstimos e financiamentos Pagamento de debêntures Pagamento de debêntures Pagamento de debêntures Pagamento de depêntures Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa Aumento no caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472			
Partes relacionadas – credor 6.958 8.403 Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Liquidação de operação de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 142.660 91.188 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(324.926)	(237.442)
Partes relacionadas – devedor (180) (7.500) Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Liquidação de operação de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros (4.349) (10.690) Captação de empréstimos e financiamentos 412.831 270.863 Pagamento de empréstimos e financiamentos (291.815) (180.955) Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Liquidação de operação de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 142.660 91.188 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472			
Captação de empréstimos e financiamentos412.831270.863Pagamento de empréstimos e financiamentos(291.815)(180.955)Captação de debêntures195.000-Pagamento de debêntures(144.445)(21.347)Liquidação de operação de SWAP952(434)Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures(8.225)(6.728)Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos166.72751.612Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício142.66091.188Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício201.500142.660Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472			
Pagamento de empréstimos e financiamentos(291.815)(180.955)Captação de debêntures195.000-Pagamento de debêntures(144.445)(21.347)Liquidação de operação de SWAP952(434)Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures(8.225)(6.728)Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos166.72751.612Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício142.66091.188Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício201.500142.660Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472			
Captação de debêntures 195.000 - Pagamento de debêntures (144.445) (21.347) Liquidação de operação de SWAP 952 (434) Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures (8.225) (6.728) Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 166.727 51.612 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 142.660 91.188 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 201.500 142.660 Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472			
Liquidação de operação de SWAP Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos Aumento no caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472			-
Pagamento de custos de transações de empréstimos, financiamentos e debêntures(8.225) (6.728)Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos166.72751.612Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício142.66091.188Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício201.500142.660Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472		(144.445)	
debêntures(8.225)(6.728)Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos166.72751.612Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício142.66091.188Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício201.500142.660Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472		952	(434)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos166.72751.612Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício142.66091.188Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício201.500142.660Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472		(0.225)	(6.720)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472	•		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício Aumento no caixa e equivalentes de caixa 142.660 201.500 142.660 51.472		58 840	51 472
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício201.500142.660Aumento no caixa e equivalentes de caixa58.84051.472		2010-10	31.112
Aumento no caixa e equivalentes de caixa 58.840 51.472			
			_
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financia		51.4/2

Demonstração dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		
Receita bruta deduzida de descontos	346.594	298.778
Perda/ganho estimada em créditos de liquidação duvidosa	(1.202)	3.095
	345.392	301.873
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.632)	(20.527)
Custos das locações de carros/ frotas e dos carros alienados	(65.083)	(52.125)
Custo de venda de veículos	(80.267)	(71.444)
	(150.982)	(144.096)
Valor adicionado bruto	194.410	157.777
Depreciação e amortização	(66.287)	(59.681)
Valor adicionado líquido gerado	128.123	98.096
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas (despesas) financeiras	(4.489)	4.439
Valor adicionado total a distribuir	123.634	102.535
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	24.212	19.694
Estaduais	991	842
Municipais	12	19
Pessoal	24.272	22.339
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	59.921	51.800
Aluguéis	2.226	2.141
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.350	1.354
Participação dos controladores nos lucros retidos	7.650	4.346
Valor adicionado distribuído	123.634	102.535

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), com sede em Salvador, estado da Bahia, é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social principal a locação de automóveis, atuando no segmento de terceirização de frotas de veículos.

Em 07 de dezembro de 2018 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia no valor de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 195 milhões em regime de garantia firme e R\$ 105 milhões em regime de melhores esforços, conforme Instrução CVM n°476/2009.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 29 de março de 2019.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores estão demonstrados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OCPC 07, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, são divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos/perdas esperadas, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.1 Normas, alterações, interpretações de normas emitidos recentemente e adotados pela Companhia

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

 CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise detalhada da CPC 47 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

• CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento do CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia não identificou na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48 impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido. As aplicações financeiras e as contas a receber de clientes são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que elas atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com o CPC 48.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros, com base em 12 meses ou por toda a vida dos instrumentos contratuais. A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a registrar provisão para perdas esperadas durante toda a vida das contas a receber de clientes.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito da Companhia no último ano. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada tipo de cliente, utilizando o percentual de inadimplência observando quando a efetividade dos processos de cobrança deixam de ser representativos.

Considerando o custo-benefício e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras, a Companhia não reapresentou informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Conforme demonstrado anteriormente, as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018.

O impacto da adoção inicial sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 900 mil.

2.2 Normas, alterações, interpretações de normas que ainda não estão em vigor

• CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2019 nas suas demonstrações financeiras, mas espera um impacto aproximado de R\$ 4.800 nos seus ativos e passivos a partir do próximo exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- 2.2 Normas, alterações, interpretações de normas que ainda não estão em vigor Continuação
 - Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:
 - Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
 - As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
 - Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
 - Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia está avaliando o impacto da adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2019 nas suas demonstrações financeiras, quando passará a adotar o ICPC 22.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia em função disso, não estão destacadas acima.

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Reconhecimento de receita--Continuação

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(i) Receita de aluguel de frotas

A receita de aluguel de frotas é reconhecida como arrendamento operacional de forma linear pelo prazo do contrato.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de locações é reconhecida "pro rata temporis" em função da vigência do contrato de locação. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

(ii) Receita de prestação de serviços de aluguel de veículos

A receita de prestação de serviços de aluguel de veículos para pessoas físicas e jurídicas é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

(iii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita na venda de ativos utilizados na prestação de serviços é incluída na rubrica "Resultado na alienação de ativo imobilizado", na demonstração do resultado.

(iv) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está apresentada na Nota 19.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado:
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros--Continuação
 - i) Ativos financeiros--Continuação
 - Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros--Continuação
 - i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem aplicações financeiras.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros -- Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber de clientes)--Continuação

Para as contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia, não foi identificado nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, pela adoção do CPC 47.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

- b) Instrumentos financeiros -- Continuação
 - ii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Instrumentos financeiros derivativos e contratos de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro, líquido".

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber do aluguel de frotas de veículos e da alienação dos carros desativados. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos, deduzidas da provisão para redução ao valor recuperável e perdas esperadas, conforme Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Carros em desativação para renovação da frota

São apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor residual, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "carros em desativação para renovação da frota".

São classificados nesta categoria os carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso continuo. Essa condição é considerada atendida quando:

- i) Os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável;
- ii) A Administração está comprometida com a venda dos carros desativados do imobilizado;
- iii) Os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente;
- iv) Espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

f) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição adicionado aos demais gastos incorridos até que o bem seja colocado em operação.

A Companhia pratica valores de venda diferenciados para os veículos e, portanto, estima as respectivas taxas de depreciação e as aplica linearmente sobre a frota de veículos de forma a compensar ganhos e perdas entre o valor estimado de venda e o valor residual no momento da sua venda. A depreciação é reconhecida de modo que o valor a depreciar seja integralmente baixado até o final da vida útil estimada. Os valores residuais, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados e ajustados pela Administração ao longo do exercício, sendo os efeitos registrados de forma prospectiva, quando necessário. A depreciação dos veículos e demais bens que compõem o custo dos serviços prestados é reconhecida no resultado do exercício, de acordo com as taxas informadas na Nota 10.

Além da estimativa do valor residual, outras estimativas como os descontos comerciais estimados nas vendas para consumidores e principalmente para revendedores. Estimativas de descontos abaixo do realizado impactam negativamente o resultado quando da venda dos carros.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil dos ativos) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados indicadores de impairment para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

h) Intangível

Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de 5 anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados pelo menos uma vez por ano e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Não há ativos intangíveis oferecidos como garantias a passivos. Não há ativos intangíveis relevantes totalmente amortizados e ainda em uso pela Companhia.

i) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) <u>Provisões</u>

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como dos recebimentos de caixa futuros esperados e da taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

I) Impostos

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia está sujeita a tributação pelo regime de apuração do imposto de renda e contribuição social por meio do lucro real. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

I) Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2).

n) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas adquiridos de terceiros e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa Depósitos bancários à vista Aplicações financeiras	47 16.525 184.928 201.500	39 31.468 111.153 142.660

As aplicações são representadas por Certificado de Depósito Bancário (CDB) pósfixados, fundos de investimento (Renda fixa – crédito privado) e por operação compromissada (operação financeira de venda de títulos com compromisso de recompra, para liquidação em data pré-estabelecida), os quais estão vinculados à variação das taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia, exceto aquelas vinculadas a garantias de empréstimos.

A remuneração dos CDBs e fundos de investimento foram remunerados pela taxa que variou entre 97% a 116,6%. Em relação as compromissadas a remuneração variou de 60% a 95% do CDI.

5. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante no montante de R\$ 28.664, remunerada a uma taxa média de 99% do CDI estão vinculadas a garantia de contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme divulgado na Nota 13.

Conforme divulgado na nota 14, já inclusos no montante do parágrafo acima, o montante de R\$ 10.005 (2017 R\$ 5.536), também remuneradas a 99,5% do CDI estão vinculadas as debentures, cujo vencimento da última parcela ocorrera em dezembro de 2022, e o seu resgate está condicionado a quitação das debêntures.

6. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui instrumentos de swap para proteção contra riscos cambiais de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (vide Nota 13), nas seguintes condições:

Inicio	Vencimento	Valor nominal ponta ativa (USD)	Valor nominal ponta ativa (EUR\$)	Valor nominal ponta passiva (R\$)	Índice ponta ativa	Índice ponta passiva
					Variação	Pós fixado indexado
24/07/2018	20/01/2020	6.000	-	13.380	cambial +	ao CDI + spread
					4,70% a.a.	bancário
					Variação	Pós fixado indexado
04/05/2018	06/05/2019	3.634	-	14.179	cambial +	ao CDI + spread
					4,53% a.a.	bancário
					Variação	Pós fixado indexado
23/10/2018	16/09/2020	1.970	-	7.709	cambial +	ao CDI + spread
					5,15% a.a.	bancário
					Variação	Pós fixado indexado
28/12/2018	28/12/2021	-	2.458	10.912	cambial +	ao CDI + spread
					1,57% a.a.	bancário

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

6. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os índices e taxas serão aplicados sobre o valor nominal do início até o término do período de vigência. Os valores justos dos contratos de swap de moeda e taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2018, correspondem a R\$ 3.291 (2017 - R\$ 976) e foram registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

O saldo do derivativo contratado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Swaps (ponta ativa) – Circulante	3.354	150
Swaps (ponta ativa) – Não circulante	533	910
Swaps (ponta passiva) – Circulante	-	(84)
Swaps (ponta passiva) – Não Circulante	(596)	` -
	3.291	976

As operações foram contratadas para a totalidade das operações de empréstimos com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. A movimentação do derivativo para o período é como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	976	
		(540)
Perda	(1.422)	(519)
Ganho	4.689	1.061
Liquidação operação de SWAP	(952)	434
Saldo final	3.291	976

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não utilizou a metodologia de "hedge accounting" para contabilização dos seus instrumentos financeiros derivativos, sendo os mesmos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber é a seguinte:

<u>.</u>	2018	2017
Clientes Provisão para devedores duvidosos/perdas esperadas	69.360 (2.196)	65.318 (994)
•	67.164	64.324

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	2018	2017	
A vencer Vencidos:	48.178	32.109	
Até 30 dias	8.501	7.040	
De 31 a 60 dias	2.215	1.752	
De 61 a 180 dias	4.264	7.569	
De 181 a 365 dias (a)	1.966	10.649	
Há mais de 365 dias (a)	4.236	6.199	
	69.360	65.318	

(a) No exercício de 2018 a Companhia negociou o recebimento de aproximadamente R\$ 10 milhões de títulos que estavam vencidos há mais de 181 dias, sem provisão para perda.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa/perdas esperadas é conforme segue:

	2018	2017
Saldo inicial	(994)	(4.089)
Constituição	(1.263)	(590)
Reversão	61	3.685
Saldo final	(2.196)	(994)

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão adicional para perdas na realização das contas a receber.

A Companhia possui clientes do setor público e privado. A Administração, baseada na experiência passada, adota a premissa de que atrasos superiores há 365 dias do setor público, que representam um saldo de R\$ 2.658, não representam uma perda provável desde que os estabelecimentos públicos criem fluxos de pagamento subsequentes de frações dos pagamentos devidos sinalizando intenção de regularização. Além disso, a Companhia possui acordo assinado com alguns clientes privados de confissão de dívida e programação de recebimento de títulos em atraso. A administração julga o valor provável de realização das contas a receber de clientes avaliado com base na experiência de perda real, na avaliação do risco de inadimplemento das contrapartes e no monitoramento das negociações vigentes para recuperação de créditos com determinados clientes, além da magnitude do eventual impacto no resultado do exercício resultante de alterações nessas premissas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas

	2018	2017
Ativo circulante		
Bravo Caminhões e Empreendimentos Ltda.	195	79
Aura Brasil Transporte de Máquinas e Equipamentos (b)	148	4.044
LM Transportes Serviços e Comércio Ltda.	523	304
Santo Antônio Imóveis e Empreendimentos Ltda. (b)	-	1.527
	866	5.954
Ativo não circulante		
Aero Santo Antônio Viagens e Turismo (b)	-	1.870
	-	1.870
	866	7.824
Passivo circulante		
LM Participações e Empreendimentos Ltda(a)	(1.983)	(2.124)
Bravo Caminhões e Empreendimentos Ltda.	` (5)	(43)
LM Gestão e Participações Societárias Ltda.	(10)	(11)
	(1.998)	(2.178)
Resultado		
Empresas ligadas:		
Santo Antônio Imóveis e Empreendimentos. Ltda. (c)	(685)	(650)
·	(685)	(650)

- a) Refere-se a saldo a pagar referente a distribuição de lucros aos sócios, o qual deverá ser quitado ao longo do exercício de 2019.
- b) Refere-se à conta corrente entre as empresas da Companhia, sem incidência de juros e/ou atualização monetária e sem prazo de vencimento.
- c) Refere-se a despesas de aluguéis de imóveis.

As transações entre as partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração (Presidência e Diretorias), reconhecidas no resultado, totalizaram R\$ 3.915 em 2018 (2017 – R\$ 4.058). A Companhia não concedeu outros benefícios aos administradores ou empregados (pós emprego ou remuneração baseada em ações).

A Companhia não possui em aberto garantias prestadas a partes relacionadas ou a terceiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

9. Carros em desativação para renovação da frota

Os carros em desativação para renovação da frota estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. Com isso, a sua venda é altamente provável por haver um mercado ativo de compra e venda de carros usados, que é superior ao de carro novo, ou seja, a Administração está comprometida com o plano de venda dos carros. Além disso, os carros em desativação para renovação da frota são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação.

A Companhia mantém políticas e procedimentos para analisar e comparar o valor contábil dos carros em desativação para renovação da frota com seu valor justo. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para ajuste ao valor realizável líquido é constituída. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou R\$ 253 (2017 – R\$ 114) referente a provisão para ajuste ao valor realizável líquido.

A movimentação dos carros em desativação para renovação da frota e da provisão para ajuste ao valor realizável líquido encontra-se demonstrada a seguir:

_	2016	Adições	Baixas	2017	Adições	Baixas	2018
Carros em desativação para renovação da frota	19.668	3.585	(19.668)	3.585	15.213	(3.585)	15.213
Provisão para ajuste ao valor realizável líquido	(733)	(114)	733	(114)	(253)	114	(253)
- -	18.935	3.471	(18.935)	3.471	14.960	(3.471)	14.960

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

10. Imobilizado

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	389.150	695	224	182	740	390.991
Adições Baixas, líquidas Depreciação Transferência para bens à venda (Nota 9)	236.078 (51.775) (58.965) (3.585)	7 - (130)	30 - (40)	26 - (91) -	- (34) -	236.141 (51.775) (59.260) (3.585)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	510.904	572	214	116	706	512.512
Adições Baixas, líquidas Depreciação Transferência para bens à venda (Nota 9)	322.185 (76.682) (65.305) (15.213)	72 - (124) -	75 - (45) -	803 (4) (126)	401 - (40) -	323.536 (76.686) (65.640) (15.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	675.888	520	244	790	1.067	678.509
Taxa anual de depreciação (%)	7,40 a 20	10	10	10	1 a 10	

Bens concedidos em garantias

Em virtude dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures realizados, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2018 veículos avaliados em R\$ 398.344 (2017 – R\$ 319.583), concedidos como garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

Depreciação

Os veículos das atividades de locação possuem uma idade média de 21 meses (leves e médios) e 44 meses (pesados).

Segundo estudos elaborados pelos técnicos da Companhia a depreciação média anual é de 9% para veículos pesados (2017 – 9%), 7,69% para veículos leves (2017 – 7,69%) 7,40% para médios (2017 – 7,14%) e 12,5% para os veículos modelo "utilitários severos" (2017 – 25%). Para a avaliação da vida útil econômica o referido estudo levou em consideração o valor residual esperado na data da venda prevista. Essa metodologia está em conformidade com as normas contábeis, principalmente com vistas ao teste de recuperabilidade (*impairment*), na forma dos CPCs 01 e 27.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para os veículos locados, a Companhia efetua o cálculo pelo valor em uso, com base na estimativa de fluxos de caixa futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados indicadores de perda de valor.

11. Obrigações tributárias

	2018	2017
IRRF sobre folha de pagamento	267	129
PIS / PASEP / COFINS	1.640	443
Outras	176	59
	2.083	631

12. Fornecedores

	2018	2017
Veículos (a)	46.689	57.826
Materiais e serviços	4.281	5.533
Outros fornecedores	1.110	575
	52.080	63.934

(a) Refere-se a saldo a pagar as montadoras decorrentes da compra de veículos efetuados no final do período e com prazo médio de pagamento de 60 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média de juros	2018	2017
Capital de Giro/CCB –Taxas Pós Capital de Giro/CDC –Taxas Pré Finame – Taxas pós Finame Leasing veículos	CDI + 3,20 a.a. 11,75% a.a. TJLP + 3,66% a.a. 8,88% a.a. CDI + 3,36% a.a.	275.493 172.507 8.490 11.003 21.171	202.480 107.951 30.701 - 31.645
Empréstimos em moeda estrangeira Empréstimos em moeda estrangeira	USD +4,53% a 5,15% a.a. EU\$ + 1,567% a.a.	35.268 10.912	- 21.087
Empréstimos FRN (Fixed/float rete note) (-) Custos de transações a apropriar	CDI + 2,65% a.a.	31.613 (10.175) 556.282	(6.806) 387.058
Circulante Não circulante	-	177.158 379.124	127.711 259.347

A movimentação dos empréstimos e financiamentos encontra-se demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	387.058	268.807
Captações	412.831	270.863
Juros	47.033	33.290
Variação cambial	4.544	1.052
Amortizações	(291.815)	(180.955)
Variação nos custos de transações	(3.369)	(5.999)
Saldo final	556.282	387.058

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	_	117.758
2020	169.480	77.906
2021	144.381	60.178
2022	63.011	3.505
2023	2.252	-
	379.124	259.347

Todo o endividamento está relacionado à aquisição e/ou renovação de veículos. A frota é dividida em veículos leves, médios (utilitários) e pesados (caminhões). Para os veículos pesados a grande maioria dos financiamentos são na modalidade FINAME. Os financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado, conforme descrito na Nota 10.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os financiamentos através de linha de crédito FINAME são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo.

Os arrendamentos financeiros referem-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de veículos com prazos entre 24 e 60 meses, com vencimentos até 2021. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados.

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas contratuais restritivas, as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

14. Debêntures

Modalidade	Taxa média de juros	Vencimento	2018	2017
1ª emissão 2ª emissão (-) Custos de transação	CDI + 3,90% a.a. CDI + 2,95% a.a.	11/11/2021 11/11/2022 —	- 195.071 (985) 194.086	132.905 - (2.369) 130.536
Circulante Não circulante			5.095 188.991	33.862 96.674

1ª emissão:

Em 10 de novembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão de debêntures pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características:

- a) A emissão de debêntures foi realizada em série única;
- b) O valor total da emissão de debêntures foi de R\$ 135.000;
- c) Foram emitidas 13.500 debêntures não conversíveis em ações;
- d) O valor nominal unitário é de R\$ 10 na data da emissão;
- e) A data de emissão das debêntures foi 11 de novembro de 2016 e em 09 de dezembro de 2016 ocorreu a totalidade de sua subscrição e integralização;
- f) Os recursos captados por meio da emissão foram destinados para o pagamento antecipado de dívidas e composição de caixa;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Debêntures--Continuação

- g) A oferta foi realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições aplicáveis e foi automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da citada Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição;
- h) As debêntures possuem prazo de vigência de 5 anos, com 12 meses de carência e 48 parcelas mensais para o valor unitário principal 60 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
- juros remuneratórios de DI Depósitos Interfinanceiros, capitalizados de uma sobretaxa de 3,9% ao ano.

Em 28 de dezembro de 2018 foi realizada a antecipação do pagamento do saldo devedor da 1ª emissão de debentures no montante de R\$ 101.251 com os recursos provenientes da 2ª emissão.

2ª emissão:

Em 07 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão de debêntures pela Companhia nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com as seguintes características:

- a) A emissão de debêntures foi realizada em série única;
- b) O valor total da emissão de debêntures foi de R\$ 300.000, sendo R\$ 195 milhões em regime de garantia firme e R\$ 105 milhões em regime de melhores esforços;
- c) Foram emitidas 30.000 debêntures não conversíveis em ações;
- d) O valor nominal unitário é de R\$ 10.000 na data da emissão;
- e) A data de emissão das debêntures foi 11 de dezembro de 2018 e em 28 de dezembro de 2018 ocorreu a subscrição e integralização de R\$ 195.000;
- f) Os recursos captados por meio da emissão foram destinados para o pagamento antecipado de dívidas e composição de caixa;
- g) A oferta foi realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições aplicáveis e foi automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da citada Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição;
- h) As debêntures possuem prazo de vigência de 45 anos, com 12 meses de carência e 36 parcelas mensais para o valor unitário principal 48 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
- j) Juros remuneratórios de DI Depósitos Interfinanceiros, capitalizados de uma sobretaxa de 2,95% ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures encontra-se demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	130.536	133.277
Captações Juros Amortizações	195.000 11.611 (144.445)	18.001 (21.347)
Variação nos custos de transação	<u> </u>	` 605
Saldo final	194.086	130.536

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2018	2017
2019	_	33.145
2020	62.997	33.145
2021	62.997	30.384
2022	62.997	-
	188.991	96.674

Para a 1ª emissão de debêntures, a Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados semestralmente e anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da LM Participações e Empreendimentos Ltda. e nas demonstrações financeiras combinadas auditadas da Companhia e da LM Transportes Serviços e Comércio Ltda..

Para a 2ª emissão de debêntures, a Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras combinadas auditadas da Companhia e da LM Transportes Serviços e Comércio Ltda..

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Debêntures--Continuação

Garantias 2ª emissão de debêntures:

- a) Alienação fiduciária de veículos com a obrigação de atingir o valor mínimo de 50% do saldo devedor das debêntures;
- b) Cessão Fiduciária de Conta Vinculada ("Conta Vinculada") de titularidade da Companhia;
- c) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios decorrentes de contratos celebrados entre a Companhia e seus respectivos clientes;
- d) Cessão Fiduciária de CDB correspondente a 5% do saldo devedor a ser mantido na Conta Vinculada (cash collateral) (Nota 5);
- e) Fiança solidária de acionistas e coligadas.

15. Outros passivos

	2018	2017
Consórcios Outros passivos	45.174 46.715	7.484 457 7.941
Circulante Não circulante	24.357 22.358	2.854 5.087

A Companhia se utilizou da modalidade da contratação de consórcios para aquisição de parte da sua frota de veículos. A movimentação dos consórcios encontra-se demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial	7.484	9.720
Captações	82.550	-
Amortizações	(44.987)	(2.261)
Variação da tabela FIPE	127	25
Saldo final	45.174	7.484

As parcelas classificadas no não circulante tem vencimento em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

16. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tributários e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios. Tendo como suporte a opinião dos seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas nos seguintes montantes:

	2018	2017
Tributárias Cíveis	24.640 1.295	22.822 1.507
Trabalhistas	95	65
	26.030	24.394

A movimentação da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas encontra-se demonstrada a seguir:

	Tributárias (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19.195	1.484	65	20.744
Adições	4.492	72	-	4.564
Pagamentos	-	(49)	-	(49)
Atualização	1.419	-	-	1.419
Reversão	(2.284)	-	-	(2.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.822	1.507	65	24.394
Adições Pagamentos	4.656	108 (320)	70 (40)	4.834 (360)
Atualização	1.043	-	-	1.043
Reversão	(3.881)	-	•	(3.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.640	1.295	95	26.030

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

- a) Referem-se a supostos créditos sobre insumos de locação dos veículos e consequente recolhimentos a menor de PIS e COFINS que, baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Companhia constitui provisão.
- b) Referem-se a ações movidas, basicamente por empregados dos clientes que usufruem dos veículos locados ou terceiros que se envolveram com acidentes com os veículos locados, contra a Companhia e a empregadora envolvendo, principalmente, indenizações em decorrência de acidentes de trânsito.
- c) Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra a Companhia envolvendo cobrança de horas extras, desvio de função, equiparação salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras.

A Companhia revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 2.617 (2017 - R\$ 2.147) que, baseado na opinião dos advogados, as chances de êxito são consideradas como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos contados da data de arquivamento.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 95.496 e está representado por 95.496 (noventa e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

LM Participações e Empreendimentos Ltda. LM Gestão e Participações Societárias Ltda.

Ações	Participação
95.103	99,59%
393	0,41%
95.496	100,00%

A - = - -

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido – continuação

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

Constituída com base na legislação societária, representando 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, foi destinado à reserva de lucros o montante de R\$ 4.649 para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

(iii) Dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão direito a um dividendo anual de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	12.000	5.699
Absorção dos prejuízos acumulados Constituição de reserva legal	(2.529) (473)	(285)
Base para constituição dos dividendos mínimos	8.998	5.414
Dividendos mínimos obrigatórios	25% 2.250	25% 1.354

A movimentação dos dividendos a pagar e juros sobre capital próprio é como segue:

	2018	2017
Saldos em 31 de dezembro	2.135	1.384
Juros sobre capital próprio	2.100	-
Dividendos propostos referentes ao exercício anterior	-	9.336
Dividendos e JSCP pagos	(4.235)	(9.336)
Compensação com adiantamentos realizados	(256)	(603)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.250	1.354
Saldos em 31 de dezembro	1.994	2.135

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A Companhia constitui impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias substancialmente ocasionadas pela diferença entre as taxas de depreciação fiscais e a vida útil dos itens do ativo imobilizado, diferenças de leasing e provisões cuja composição está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Ativo diferido:		
Diferenças temporárias		
Prejuízo fiscal/base negativa	5.513	-
Diferenças leasing	20.525	30.343
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	26.030	24.394
Instrumentos financeiros derivativos	(3.291)	(976)
Provisão para devedores duvidosos	2.196	994
Ajuste ao valor realizável líquido	253	114
Base de cálculo do ativo diferido	51.226	54.869
Imposto de renda diferido (25%)	12.807	13.717
CSLL diferida (9%)	4.610	4.938
Total de impostos diferidos ativos	17.417	18.655
Passivo diferido: Diferenças temporárias Depreciação dos veículos Diferenças leasing	119.558 37.817 157.375	91.337 53.802 145.139
	157.575	140.139
Imposto de renda diferido (25%)	39.344	36.285
CSLL diferida (9%)	14.164	13.062
Total de impostos diferidos passivos	53.508	49.347
Total tributos diferidos, líquidos	36.091	30.692
Variação no resultado	(5.399)	306

A realização dos tributos diferidos ativos relativos às diferenças temporárias depende de eventos futuros que tornarão as provisões que lhes deram origem dedutíveis para fins fiscais.

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos é a seguinte:

Ano	2018	2017
2018	-	3.742
2019	6.437	4.143
2020	5.349	3.808
2021	1.693	4.430
2022	1.527	2.532
2023	2.411	-
	17.417	18.655

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos--Continuação

Reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social corrente:

<u> </u>	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota combinada - IR e CSSL	17.399 34%	10.903 34%
	(5.916)	(3.707)
Adições permanentes, líquidas	1.580	1.382
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(7.496)	(3.342)
Depreciação dos veículos	(9.595)	(3.695)
Diferenças leasing	2.100	1.752
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(679)	(1.257)
Outras adições (exclusões temporárias	678	(142)
Outras adições, líquidas	-	157
Total das adições (exclusões)	(5.916)	(1.803)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(5.510)
Alíquota efetiva	0,0%	50,5%

19. Receita operacional líquida

A receita líquida é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos descontos, abatimentos e impostos sobre vendas, e reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas é como segue:

- Gestão de frotas: as receitas de gestão de frotas ("fleet") são reconhecidas em bases mensais no período do contrato de aluguel, incluem o aluguel de frotas e o serviço de administração da manutenção quando o cliente opta pelo modelo de reembolso;
- Aluguel de veículos: as receitas de aluguel de veículos são reconhecidas em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

19. Receita operacional líquida--Continuação

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados dos exercícios é como segue:

	2018	2017
Receita de gestão de frotas	248.929	225.727
Receita de aluguel de veículos	14.018	965
ISS	(12)	(19)
PIS	(4.327)	(3.740)
COFINS	(19.931)	(17.228)
	238.677	205.705

20. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Pessoal Custo de manutenção de veículos Serviços prestados por terceiros (a) Amortizações e depreciações Aluguéis Outros	(8.120) (52.966) (4.458) (65.305) (3.784) (2.368) (137.001)	(5.826) (41.420) (2.404) (58.965) (3.261) (4.257) (116.133)

⁽a) Referem-se, principalmente, a serviços de despachante, monitoramento de veículos, vigilância e limpeza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

21. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Pessoal	(16.152)	(16.513)
Serviços prestados por terceiros (a)	(4.558)	(4.425)
Serviços de utilidade pública	(1.248)	(1.150)
Amortizações e depreciações	(982)	(716)
Aluguéis	(1.279)	(1.294)
Outros	(453)	(807)
	(24.672)	(24.905)

⁽a) Refere-se, principalmente, a serviços advocatícios, informática, consultoria e publicidade e propaganda.

22. Resultado na alienação de ativo imobilizado

	2018	2017
Deseite de conde de cofede		70.005
Receita de venda de veículos	83.628	72.085
Custo dos veículos vendidos	(118.371)	(136.991)
Depreciação acumulada	38.123	65.548
	3.380	642

23. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	159	121
Rendimentos de aplicações financeiras	7.107	7.189
Receita instrumentos financeiros	4.689	1.061
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	765	395
Juros recebidos	608	431
Variações cambial	1.383	14
•	14.711	9.211
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(387)	(226)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(47.798)	(33.685)
Juros sobre debêntures	(11.611)	(18.001)
Despesa instrumentos financeiros	(1.422)	(519)
Custos com transações de empréstimos e financiamentos	(3.871)	(730)
Custos com transações debêntures	(2.369)	(605)
Taxa dos consórcios	(3.143)	(399)
Atualização consórcios	(2.135)	(329)
Descontos concedidos	(114)	(83)
Outros	(2.178)	(1.283)
	(75.028)	(55.860)
Variações cambiais	(4.544)	(1.052)
	(64.861)	(47.701)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

24. Seguros

A Companhia não contrata seguros para a totalidade de sua frota tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui ativos classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures indexados à variação do CDI e TJLP. A exposição destes ativos e passivos à taxa variável é monitorada pela administração da Companhia que acompanha a variação das taxas, com o propósito de ajustar, se necessário, as tarifas de aluguel para mitigar essas flutuações. Adicionalmente, o saldo de equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia são também indexadas à variação do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI e da TJLP para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,59% e 6,72%, respectivamente, para o ano de 2017 e este definido como cenário provável, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o "resultado financeiro" não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos de cada contrato.

A data base utilizada da carteira e dos empréstimos e financiamentos foi 31 de dezembro de 2018, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI e da TJLP com cada cenário.

Operação	Risco	Saldos em 2018	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Ativos financeiros Aplicação financeira	Queda do CDI	223.597	6,59%	4,94%	3,30%
Receita financeira			14.735	11.046	7.379
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos Despesas financeiras	CDI Indexado	328.277	6,59% (21.633)	8,24% (27.050)	9,89% (32.467)
Empréstimos e financiamentos Despesas financeiras	TJLP	8.490	6,72% (545)	8,40% (681)	10,8% (818)
Empréstimos e financiamentos Despesas financeiras	Aumento USD	35.268	3,80 (1.287)	4,75 (1.609)	5,70 (1.931)
Empréstimos e financiamentos Despesas financeiras	Aumento EURO	10.912	4,30 (470)	5,38 (588)	6,47 (705)
Debêntures Despesas financeiras	CDI	195.071	6,59% (12.855)	8,24% (16.074)	9,89% (19.293)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de crédito

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras e vendas de produtos e serviços para diversos clientes, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção dos fornecimentos de produtos serviços, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

O processo completo de gerenciamento de risco inclui a análise dos contratos prospectados pelas empresas e dos clientes em um Comitê de Crédito que se reúne semanalmente para avaliar compromissos financeiros superiores a R\$ 10.000. Cada contrato é submetido a uma matriz de risco que orienta a área comercial a não concentrar faturamentos em um cliente, segmento econômico, tipos de frota, marcas de montadora e cor de veículo.

Como mitigante para a inadimplência dos contratos de locação, considera-se a alta liquidez da frota no caso de rescisões contratuais.

c) Risco de variação cambial

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, a Companhia estabelece, quando aplicável, contratos de swap com instituições financeiras. A análise de sensibilidade para risco foi apresentada anteriormente.

d) Valor justo

As mensurações de valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1,2 e 3, descritas a seguir, com base no grau com que os dados e informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância dos dados e informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade.

			Consolidado	
	2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	223.597	-	223.597	-
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	16.572	16.572	-	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	382.947	-	374.457	-
Títulos de dívidas	195.071	-	195.071	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Valor justo--Continuação

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

e) Gestão do capital social

Para atender a sua estratégia de expansão, a Companhia requer capital intensivo de longo prazo para financiamento da frota, no sentido de garantir a continuidade operacional. Para tanto, tem buscado assegurar uma classificação de credito da melhor qualidade, de forma a conquistar a confiança e solidez que as instituições financeiras requerem para as empresas que atuam no segmento, bem como a manutenção de limites de créditos junto a essas Instituições, compatíveis com o seu planejamento estratégico para crescimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão do capital social--Continuação

O nível de endividamento da Companhia em relação ao patrimônio líquido está demonstrado a seguir:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 13) Debêntures (Notas 14) (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) (-) Aplicação financeiras (Nota 5)	556.282 194.086 (201.500) (38.669)	387.058 130.536 (142.660) (5.536)
(-) Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	(3.291)	(976)
Dívida líquida (A)	506.908	368.422
Patrimônio líquido (B)	101.845	94.194
Dívida líquida / Patrimônio líquido (A/B)	497,72%	391,13%

26. Compromissos

Arrendamento mercantil operacional

A Companhia possui diversos contratos de aluguéis de imóveis relacionados a sua sede e das suas filiais com vencimento em diferentes datas. Os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel são conforme abaixo:

Período	Valor
Até 1 ano	2.515
De 2 a 5 anos	11.168
Após 5 anos	2.767

A despesa com aluguel de imóveis em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.226 (2017 – R\$ 2.143), dos quais R\$ 685 (2017 – R\$ 650) foram realizados com partes relacionadas.

27. Eventos subsequentes

Conforme descrito na nota 14 a 2ª debentures foi emitida considerando R\$ 195.000 em garantia firme e R\$ 105.000 em melhores esforços. Em 28 de fevereiro de 2019 foi concluído o processo de captação de investidores para aquisição dos R\$ 105.000 e em 19 de março foi concluído o recebimento dos recursos.
